

■ NACIONAL

Mapa da mineração visa atrair capital estrangeiro

Ministério coordenará ação de empresas privadas em novo levantamento aerogeofísico da Amazônia, para montar o maior banco de dados do potencial mineralógico da região

Ricardo Rego Monteiro, do Rio

O governo brasileiro pretende atrair investimentos de até US\$ 200 milhões por ano das grandes gigantes mundiais do setor mineral. O Ministério das Minas e Energia (MME) começará a divulgar no mercado internacional, na próxima semana, seu primeiro passo para atingir essa meta, o Programa de Levantamento Aerogeofísico da Amazônia (PLAA). O Programa deve servir de base para montagem do maior banco de dados já conhecido sobre a Amazônia — região rica em ouro, cobre, estanho e outros.

O Programa, a ser apresentado ao mercado investidor em road show no Canadá, de 5 a 10 de março, terá participação de empresas privadas especializadas em levantamento geofísico. Para isso, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

(CPRM) — braço executivo do MME — promoverá 12 licitações até 2003. A primeira delas, realizada em janeiro, foi vencida pela Geomag, empresa brasileira associada à holandesa Fugro. Na etapa inicial do mapeamento, a Geomag fará o levantamento da Cabeça do Cachorro, uma área de 150 mil quilômetros quadrados, no extremo oeste da Amazônia. A próxima concorrência está prevista para o final de março e início de abril e analisará área na divisa entre Pará e Amapá. A CPRM prevê gastos do governo federal de R\$ 50 milhões nessas licitações.

O secretário de Minas e Metalur-

gia do MME, Luciano Borges, afirma que o Programa ajudará a inserir o Brasil no circuito mundial do setor, hoje dominado por países como Canadá e Austrália. Nesses países, a atividade mineradora recebe investimentos anuais da ordem de US\$ 700 milhões.

Somam US\$ 700 milhões por ano os investimentos feitos no circuito mundial da mineração, dominado por Canadá e Austrália

Idealizado pela CPRM, o Programa fará até 2003 o mapeamento topográfico e geofísico de 700 mil quilômetros quadrados no chamado escudo amazônico, a área de solo mais antigo na Amazônia Legal. O presidente da CPRM, Umberto Costa, explica a importância do levantamento pela necessidade de redução de riscos para os inves-

tidores privados.

“Quanto mais informações de caráter técnico, menor o risco dos investidores e maiores as perspectivas de atração de recursos”, justifica o dirigente, lembrando que o último programa de grandes proporções para coleta de dados no País foi o chamado projeto Radam, no início da década de 80, executado pelo próprio Ministério. Ao contrário do Radam, no entanto, o novo Programa será realizado por empresas privadas nacionais e estrangeiras, contratadas por licitação.

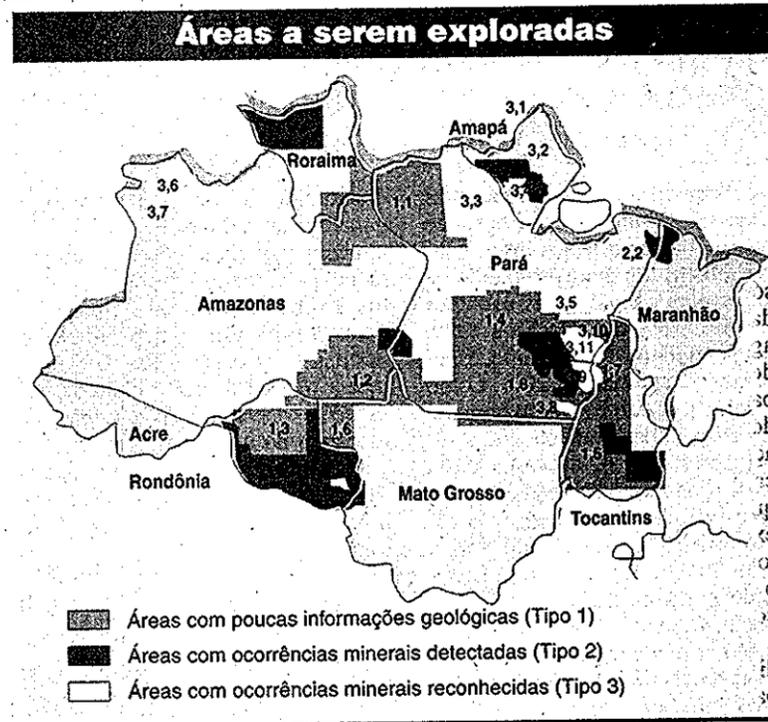
Os dados do primeiro levantamento deverão estar disponíveis para a CPRM entre julho e agosto próximos. Pelos termos do contrato, as empresas vencedoras terão de se comprometer a preservar a confidencialidade dos dados. Caberá somente à CPRM divulgar as informações a companhias mineradoras, mediante contratos de compra.

“Esse programa viabilizará finalmente o aproveitamento econômico da região amazônica, o que não ocorreu ainda justamente por causa da falta de informações técnicas precisas”, comenta Umberto Costa.

Luciano Borges, secretário de Minas e Metalurgia, informa que a Amazônia representa 62% do território brasileiro, mas apenas 15% de sua área é conhecida. Mesmo com os poucos dados disponíveis, revela, já foi possível constatar na região a presença de minerais como ouro, cobre, níquel, diamante, estanho, ferro e manganês. Ele comenta que, ao ritmo atual, o trabalho de monitoramento da região só seria concluído em dois séculos. Com o PLAA, estará concluído em apenas meia década.

A respeito da questão ambiental em torno do aproveitamento econômico da Amazônia, Borges afirma que o Programa observará o conceito de desenvolvimento sustentável — pelo qual a exploração do potencial econômico se dá com mínimos impactos ambientais.

Mesmo assim, admite que o Governo está preparado para uma ver-



Fonte: CPRM

Reformulação tem apoio do Bird

O processo de reformulação da estrutura de governo responsável pelo setor mineral já começou e terá apoio técnico do Banco Mundial (Bird). Nos próximos dias, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) deslançará o Programa de Demissão Incentivada (PDI), pelo qual pretende reduzir de 1,7 mil para 1,3 mil o contingente de funcionários do órgão.

Espécie de braço executivo da Secretaria de Minas e Metalurgia do Ministério das Minas e Energia, a CPRM terá seu nome modificado para Serviço Geológico do Brasil (SGB) e será convertida em agência executora dos segmentos de mineração e hidrologia. Os planos do MME, que não se limitam à futura SGB, incluem, ainda, a transferência da empresa para Brasília.

A mudança tem por objetivo permitir o acompanhamento mais detalhado, pelo Ministério, do dia-a-dia da hoje CPRM. Na capital fe-

deral, a empresa estará mais próxima, também, do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) — como ela, órgão vinculado à Secretaria —, que será transformado em agência reguladora do setor, passando a deter as mesmas atribuições das Agências Nacionais do Petróleo (ANP) e de Energia Elétrica (Aneel).

Fontes ligadas ao Governo explicam que a reformulação tem o claro objetivo de conferir maior importância ao setor mineral brasileiro, relegado a segundo plano nos últimos anos até por conta de amarras constitucionais. Até 1995, a Constituição brasileira limitava o capital estrangeiro a participações minoritárias em empreendimentos capitaneados por companhias nacionais.

Definido como prioridade pelo ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, o setor minerador deverá receber investimentos da ordem de US\$ 200 milhões por ano, a

partir de 2003, caso se confirmem expectativas de Luciano Borges, secretário de Minas e Metalurgia, Luciano Borges. Tudo dependerá, segundo o secretário, do sucesso do programa destinado à captação de investimentos estrangeiros no setor, iniciado com o levantamento geofísico da região amazônica.

A importância conferida pelo Governo federal ao setor minerador é indicada pela análise da dotação orçamentária de 2000. A CPRM terá à disposição, este ano, um total de R\$ 125 milhões, disponíveis principalmente para o Programa de Levantamento Aerogeofísico da Amazônia (PLAA) e para financiar o PDI. Tanto o presidente da CPRM, Umberto Costa, quanto o secretário de Minas e Metalurgia do MME, Luciano Borges, não quiseram dar detalhes do PDI. Sabe-se, no entanto, que o programa será desenvolvido até o final deste mês.

(R.R.M.)

dadeira batalha em nome da preservação do santuário amazônico, por esbarrar o PLAA em tema caro não só a movimentos ambientalistas, mas também para as Forças Armadas. Sob o ponto de vista da ideologia da segurança nacional, comenta o secretário, a região sempre foi tratada como um banco de riquezas minerais e biológicas, cujas informações não poderiam estar disponíveis a grupos estrangeiros.

“Hoje isso mudou, com a conscientização de que a essência da soberania nacional é a informação. Pode-se até impedir a empresas estrangeiras o conhecimento dos recursos da região, mas não haverá soberania sem informações precisas sobre o território. A melhor maneira de proteger seu patrimônio é ter conhecimento total sobre ele”, justifica Borges.

Ao contrário do garimpo, caracterizado pelo extrativismo indiscriminado, diz ainda, a mineração empresarial constitui-se em atividade ambientalmente sustentável com dimensão social, que pode ser comprovada pela geração de empregos.

A expectativa da Secretaria é de que, no segundo trimestre do ano, já se sintam efeitos da participação

brasileira no road show do Canadá, marcado para a próxima semana. A missão brasileira será formada por 35 representantes do governo e da iniciativa privada. A equipe participará, entre os dias 5 e 8, de encontro do Prospectors and Developers Association of Canada (PDAA), evento anual que reúne os principais investidores do setor minerador. As aplicações canadenses em investimentos de risco na mineração mundial 69% do total. Também está prevista a participação brasileira no Fórum Mundial de Ministérios de Minas, nos dias 9 e 10 de março.